

PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2016

(Do Sr. Cabo Sabino)

Modifica o Código Penal Militar para alterar o prazo de suspensão da pena privativa de liberdade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei altera o *caput* do art. 84 do Código Penal Militar, para modificar o prazo de suspensão da pena privativa de liberdade.

Art. 2º. O *caput* do art. 84 do Decreto-lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 84. A execução da pena privativa da liberdade, não superior a 2 (dois) anos, pode ser suspensa, por 2 anos a 4 anos, desde que:”

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto que ora apresentamos tem por objetivo apresentar uma contribuição para o aperfeiçoamento da Justiça Criminal Militar.

O art. 84 do Código Penal Militar trata da suspensão condicional da pena, também conhecida pelo nome de sursis. Esse dispositivo determina que a suspensão da pena pode se dar de 2 a 6 anos. Contudo, esse prazo é maior que o previsto para o Código Penal. Neste último, o art. 77 diz que a execução da pena privativa de liberdade, também não superior a 2 anos, pode ser suspensa por um período de 2 a 4 anos.

Nada justifica que os militares levem mais tempo para completar o cumprimento da pena através do sursis. Esse prazo maior não é um privilégio; ao contrário, trata-se de um ônus, posto que levam mais tempo para obterem o cumprimento da pena do que o civil.

Este Projeto foi debatido e sugerido pelas entidades representativas do Estado de Ceará que reunidas buscaram o entendimento por melhorias para a segurança pública de nosso País, sendo referendadas pelas Entidades Nacionais de Policiais e Bombeiros Militares. Destaco as seguintes entidades:

ANERMB – Associação Nacional de Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares, **ANASPRA** – Associação Nacional de Praças, **FENEME** – Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais, **AMEBRASIL** – Associação dos Militares Estaduais do Ceará. **ACSMCE** – Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará, **APS** – Associação dos Profissionais da Segurança, **ASOF** – Associação dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará.

Para corrigir essa injustiça, conto como apoio dos ilustres pares.

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 2016.

CABO SABINO
DEPUTADO FEDERAL PR - CE

